

Segunda-Feira, 28 de Abril de 2025

Federação entre União Brasil e PP fortalece grupo de Mauro Mendes e isola Campos, avalia Antero de Barros

Análise política

Márcio Eça do rufandobombnews

O ex-senador e radialista Antero de Barros afirmou nesta sexta-feira (25) que a federação nacional entre União Brasil e Progressistas (PP) tem impactos significativos no cenário político de Mato Grosso, principalmente no reposicionamento de forças dentro da base governista. Segundo Antero, o principal beneficiado com a união partidária é o grupo liderado pelo governador Mauro Mendes (União Brasil), que passa a ter maior domínio interno e mais força política para definir candidaturas.

“Essa federação fortalece diretamente Mauro Mendes, Otaviano Pivetta, Cidinho Santos, Fábio Garcia... e enfraquece o grupo dos Campos, especialmente os senadores Jayme e Júlio Campos, que acabam ficando a

reboque nesse novo arranjo”, disse Antero, durante seu comentário político.

De acordo com ele, antes da federação, havia uma certa “paridade de armas” entre os dois grupos dentro do União Brasil. Porém, com o PP entrando oficialmente na aliança — partido controlado em Mato Grosso por Cidinho Santos, aliado histórico e homem de confiança do governador — o grupo de Mendes amplia sua hegemonia.

“Cidinho foi coordenador da campanha de Mauro Mendes, é leal, tem atuação reconhecida no governo, e é inclusive cogitado como plano B caso a candidatura de Otaviano Pivetta ao Palácio Paiaguás não avance. Ou seja, o governador está cercado por aliados fiéis e fortes”, analisou.

Antero também destacou que, com a federação, nomes como o deputado estadual Paulo Araújo (PP) podem perder espaço na legenda, abrindo caminho para consolidação do projeto governista.

Sobre as eleições de 2026, ele afirma que o Palácio tem alternativas claras: “A ordem pública das candidaturas do grupo governista é primeiro Otaviano Pivetta, depois Cidinho Santos. Jaime Campos seria a última opção”.

A federação entre União Brasil e PP foi oficializada nacionalmente nesta semana e terá validade até 2030. Em Mato Grosso, o novo arranjo deve impactar não apenas as eleições majoritárias, mas também a disputa por cadeiras na Assembleia Legislativa e na Câmara Federal.